

CORREIO POLÍTICO

José Cruz/Agência Brasil



Messias: entre ganhar e perder tempo

Jorge Messias e o feitiço do tempo

O tempo e seus mistérios são tema de diversas obras artísticas. Caetano Veloso já disse que ele é “um dos deuses mais lindos”. Já Renato Russo explorou o quanto é relativo: às vezes, sentimos que “temos todo o tempo do mundo”; às vezes achamos que “não temos tempo a perder”. No cinema, a comédia O Feitiço do Tempo explorava a ideia de um loop no qual o personagem acordava sempre no mesmo dia. Provavelmente, neste momento o advogado-geral da República, Jorge Messias está mais com a dicotomia de Renato Russo, premido a achar às vezes que precisa ganhar tempo e outras vezes avaliando que não tem tempo a perder. Ou caindo no loop de se sentir acordando sempre no mesmo dia.

Indicação foi há quatro meses

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou Messias para a vaga aberta por Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal no dia 20 de novembro do ano passado. Ou seja, Messias já espera pela sabatina do Senado há quase quatro meses. Na espera mais longa, o hoje ministro André Mendonça aguardou por quase cinco meses. Nos dois casos, a demora tem o mesmo nome e sobrenome: Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Lula Marques/Agência Brasil.



Pinimba de Alcolumbre virou pessoal?

Tudo depende do clima político

Na Advocacia-Geral da União, Messias aguarda o momento em que o presidente Lula deverá ter uma conversa com Davi Alcolumbre para azeitar o caminho para que aconteça a sabatina e depois a aprovação ou não do seu nome em plenário. Quando haverá, porém, essa conversa, não há no momento expectativa. Tudo depende do clima político. E o clima político não melhora. Alcolumbre está agora pressionado a instalar uma CPMI para investigar o caso Master. Qualquer movimento errado pode pesar contra a indicação de Jorge Messias.

Virou questão pessoal

Até porque o caso Master pode respingar nas relações de Alcolumbre no Amapá. O Fundo de Previdência do seu estado foi um dos que aplicou grande quantidade de dinheiro no Master. A essa altura, muitos avaliam que a pinimba com Messias virou quase uma questão pessoal. Nem mesmo o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o nome que Alcolumbre preferia, se moveria tanto.

POR
RUDOLFO LAGO

Risco

Nem Lula nem Messias querem correr esse risco. Então, esperam um momento em que o clima político desanuvie. Ganham tempo. Mas sabem que quanto mais próxima a sabatina ficar das eleições de outubro mais a disputa política pode contaminar o ambiente. Não têm, assim, tempo a perder.

Para depois

Já há até quem argumente se não seria melhor deixar a avaliação de Messias para depois da eleição. O que faria com que a espera batesse de longe a de André Mendonça. A demora chegaria a quase um ano. Não é o mais provável e não se trabalha nesse sentido. Mas é uma hipótese que chegou a ser cogitada.

Conversas

Enquanto isso, Jorge Messias cumpre o papel que lhe cabe. Conversa com os senadores para aparar eventuais arestas. O advogado-geral da União já conversou pessoalmente com cerca de 70 senadores. E sai das conversas convencido de que o problema não está na avaliação que os senadores têm dele pessoalmente.

Relações

Messias já trabalhou no Senado. Tem ali boas relações. Inclusive com os parlamentares mais à direita, especialmente os evangélicos, como ele. Várias vezes, ele foi acionado pelo governo para destravar questões que esbarravam nos deputados e senadores desse segmento. Os 38 senadores evangélicos, porém, estariam divididos.

Derrota

O risco vira, então, a chance de os senadores de oposição, independentemente do que pensam sobre Messias, sentirem que pode ser uma chance de imprimir uma derrota a Lula em um ano eleitoral, criando, assim, uma situação de desgaste. Especialmente quando – outra vez o Master – o STF encontra-se na berlinda.

Abril

Assim, o horizonte agora aponta para uma possível sabatina somente a partir de abril. Messias ainda passaria este mês na espera. Com todos torcendo para que o clima político amaine. Em tempos de Master e possíveis delações, será que, em vez de tempestade, poderá vir essa bonança?



Portinho teme mais concentração de poder no STF

Fim de privilégio na Justiça trava no Senado

Fim da aposentadoria compulsória de juízes em debate

Por Beatriz Matos

A discussão sobre o fim da aposentadoria compulsória como punição para magistrados ganhou um novo capítulo nesta quarta-feira (18), na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).

A PEC 3/2024, apresentada por Flávio Dino quando ainda exercia mandato de senador, começou a ser analisada, mas teve a votação adiada após pedido de vista do senador Sergio Moro (União-PR).

O tema voltou à pauta dois dias depois de o agora ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido, em caso concreto, que a aposentadoria compulsória deixou de subsistir como sanção disciplinar para juízes após a reforma da Previdência de 2019.

Pelo texto da PEC, a Constituição passaria a vedar o uso da aposentadoria como punição disciplinar para magistrados, membros do Ministério Público e militares.

No caso dos juízes, a proposta prevê que, diante de faltas graves, a sanção seja a perda do cargo, demissão ou equivalente. Na justificativa, Dino sustenta que a aposentadoria é benefício previdenciário e não pode ser convertida em pena, sob pena de desvio de finalidade. O texto também parte da premissa de que não há vitaliciedade capaz de se sobre-

por ao princípio da moralidade administrativa.

Hoje, o modelo ainda permite que, em infrações disciplinares graves que não configurem crime, magistrados sejam aposentados compulsoriamente com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Na prática, deixam a função, mas continuam recebendo dos cofres públicos. Foi justamente esse mecanismo que Dino atacou no Supremo e que agora o Senado tenta enfrentar por meio de alteração constitucional.

A sessão da CCJ deixou clara que, embora haja convergência em torno da crítica ao modelo atual, não há consenso sobre o caminho. O senador Esperidião Amin (PP-SC) reagiu à coincidência entre a tramitação da PEC e a decisão recente do STF. “Repúdio decisões monocráticas como esta”, afirmou, ao defender que o Senado não seja pautado por decisões individuais da Corte. Na mesma linha, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) disse que a decisão de Dino, embora tenha gerado boa repercussão inicial, pode acabar concentrando ainda mais poder no Supremo.

Do outro lado, a relatora Eliziane Gama (PSD-MA) rebateu a tese de que o Senado devesse esperar o STF. Segundo ela, a proposta já havia sido pautada antes da decisão do ministro e o Congresso precisa cumprir seu papel. “Nós temos que fazer a nossa função, é legislar”, disse.

Geraldo Magela/Agência Senado